TEXTO PARA DISCUSSÃO

1965

Brasília, maio de 2014

SUMÁRIO EXECUTIVO

AÇÕES DO GOVERNO FEDERAL NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM BACIAS HIDROGRÁFICAS DO NORDESTE SETENTRIONAL: UMA AVALIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NOS MUNICÍPIOS DO PLANO DE AÇÃO

João Paulo Viana

Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea

O Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF) – conhecido também como *Transposição do rio São Francisco* – é uma das mais importantes obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Em sua concepção inicial o projeto mobilizaria cerca de R$ 4,8 bilhões em investimentos, com a geração de 7,5 mil empregos. O valor do projeto foi atualizado recentemente para R$ 8,2 bilhões. O PISF tem por objetivo atender necessidades de abastecimento de água da população dos estados da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará, periodicamente afetada pelas secas que caracterizam a região do Semiárido nordestino.

Em 2007, o Ministério da Integração Nacional (MI) instituiu um grupo de trabalho para coordenar a elaboração de um plano de desenvolvimento das áreas da integração e revitalização do São Francisco – o Plano de Ação do rio São Francisco (PASF). O MI também estabeleceu as cinco diretrizes do plano: *i*) preservação e uso sustentável do patrimônio natural da área geográfica; *ii*) estímulo à cooperação, em suas diversas formas, nos processos de desenvolvimento endógenos; *iii*) promoção de ações de estruturação econômica e de inclusão social, visando ao desenvolvimento regional sustentável, em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, respeitando as diversidades existentes no país; *iv*) incentivo a parcerias com outros órgãos públicos federais, estaduais e municipais e organizações da sociedade civil, apoiando, inclusive, a criação e o funcionamento de entidades e fóruns representativos; e *v*) ênfase nos programas e ações de convivência com a seca, sobretudo aqueles que tratam do aproveitamento de recursos hídricos para uso humano.

O objetivo desse estudo foi apresentar as ações governamentais desenvolvidas na região do PASF, que abrange 789 municípios de oito estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe) a partir de dados disponibilizados pelo MI, e avaliá-las sob a perspectiva das diretrizes que pautaram a proposição do Plano da Ação do São Francisco.

Os investimentos realizados até 2008 e planejados para os anos 2009 e 2010 pelas 14 entidades que forneceram informações ao Ministério da Integração Nacional sobre os investimentos na área do PASF totalizaram R$ 32,3 bilhões para os três períodos considerados. Pernambuco, Bahia e Minas Gerais foram os maiores beneficiários, com montantes estimados em R$ 7,2, R$ 6,9 e R$ 5,3 bilhões, respectivamente, ou 60% do valor total. Os investimentos realizados até 2008 corresponderam a 54% do total informado (R$ 17,5 bilhões).

Considerando um recorte temático, os investimentos em ações sociais, de apoio à produção, e de acesso à água totalizaram respectivamente R$ 17,2 bilhões, R$ 9,6 bilhões e R$ 2,4 bilhões, com destaque para investimentos em transferência de renda, crédito para a agricultura familiar e para a construção de sistemas de abastecimento e armazenamento de água. Seguem, em ordem de importância, ações na área de meio ambiente (R$ 2,2 bilhões), implantação de perímetros irrigados (R$ 474 milhões) e regularização fundiária (R$ 296 milhões), com destaque para os investimentos em saneamento no caso das ações ambientais, na construção e manutenção de infraestruturas de irrigação e no crédito fundiário. O índice de Gini indicou que o número de ações planejadas para 2009 estava bem distribuído entre os municípios (0,12), situação inversa àquela encontrada quando considerado o total de investimentos planejados por município (0,50). A média do número de ações por município variou entre 20 (Minas Gerais) e 32 (Alagoas e Sergipe), enquanto a média de investimentos ficou entre R$ 5,5 milhões (Paraíba) e R$ 17,9 milhões (Ceará).

Apenas os investimentos em ações sociais e apoio à produção abarcam todos os municípios do PASF. Os investimentos em meio ambiente focam principalmente a chamada Agenda Marrom (saneamento, recuperação ambiental, resíduos sólidos e combate à desertificação), sendo de vulto bem menor aqueles destinados à Agenda Verde (conservação da biodiversidade) e à Agenda Azul (recursos hídricos). Isto pode ser um problema considerando o nível de degradação ambiental da bacia do rio São Francisco, o baixo nível de implementação de medidas voltadas para a conservação da biodiversidade na região, e a dependência do PISF da existência de um rio funcional.

Embora os investimentos governamentais na região estejam alinhados às diretrizes que pautaram a proposição do Plano da Ação do São Francisco e contemplem componentes fundamentais de um plano de desenvolvimento regional, falta ainda o instrumento que articule e, portanto, potencialize o impacto da implementação das ações governamentais no território. Dessa forma, tem-se uma situação em que o governo desenvolve (ou planeja desenvolver) um leque de ações em um determinado espaço do território, aproveitando a oportunidade criada por um grande projeto de infra-estrutura hídrica, mas falha ao articular e potencializar tais ações, perdendo a oportunidade de obter resultados mais consistentes e duradouros a partir das intervenções realizadas. Os percalços na implementação do Projeto de Integração do rio São Francisco, que já resultaram em atraso na entrega e no aumento do custo da obra, também sinalizam dificuldades para o Plano de Ação do São Francisco.

SUMÁRIO EXECUTIVO